



EDITORIAL

Dossiê “Resiliência pós-desastres: recuperando o desenvolvimento regional”

Os desastres socioambientais que marcam a contemporaneidade são resultado inquestionável das escolhas humanas, especialmente aquelas relacionadas à produção e ao consumo, incluindo-se aqui a extração da matéria-prima, a energia utilizada no processo de produção, bem como os efluentes, gases e demais resíduos oriundos do processamento e do descarte final dos bens pós-consumo.

Os desastres “naturais”, deste modo, são bastante “antinaturais”, se entendermos o termo “natural” como algo causado pela “natureza” ou uma consequência inerente a uma ação. A origem dos desastres que assolam a base territorial e as populações que nela habitam, estendendo seus efeitos nocivos no tempo e no espaço conforme suas características, precisa ser entendida como antrópica e tecnológica. Nos auxilia nesta compreensão observarmos o termo “desastre”, o qual, em sua acepção primeira, remete àquilo que é inevitável, incontrolável. Neste sentido é preciso atentarmos para o fato de que os “desastres naturais”, em sua esmagadora maioria, são previsíveis e evitáveis quanto a suas causas. Sendo as respostas dos ecossistemas à pressão causada, essas sim, inevitáveis e, muitas vezes, incontroláveis.

Neste sentido, a prevenção aos desastres socioambientais vem sendo abordada – de maneira direta ou indireta - interdisciplinarmente, especialmente pelas Ciências Ambientais e Sociais, no campo híbrido das discussões sobre (1) a crise multifacetada que marca a contemporaneidade (Bruno Latour); (2) riscos e conflitos socioambientais (Ulrich Beck, Julia Guivant); (3) racionalidades que definem o modelo de desenvolvimento adotado (Enrique Leff); (4) o modelo de desenvolvimento e suas consequências (Amartya Sen, José Eli da Veiga); (5) a produção capitalista do espaço e a emergência dos espaços de esperança (David Harvey, Boaventura de Sousa Santos); (6) a justiça ambiental (Henri Acselrad). Destacamos aqui seis áreas de discussão, bem como um recorte reduzido de eminentes pesquisadores/pesquisadoras em cada área. As áreas e autores/autoras apontados compõem um recorte, dentre tantos outros possíveis na abordagem da prevenção de desastres.

Nos artigos que compõem o Dossiê da revista REDES - aqui apresentado, intitulado “Resiliência pós-desastres: recuperando o desenvolvimento regional”, de forma muito coerente e com a qual concordamos, observamos uma preocupação dos autores/autoras com a prevenção dos desastres, o que antecede as discussões sobre as estratégias de recuperação pós-desastres. A resiliência é marcada pela prevenção somada à recuperação, as quais caracterizam o quanto um território é capaz de se reconstruir após abalos socioambientais.

O desafio maior neste cenário nos parece ser a construção da resiliência em si, o que tem como premissas o planejamento, a organização sociopolítica e o senso de cooperação. A resiliência dos territórios, implica na resiliência das comunidades

para recuperarem-se dos impactos socioambientais e econômicos negativos advindos dos desastres.

Para a UNESCO, em oficina desenvolvida em Montevideo, Uruguai, durante o *Foro Abierto de Ciencias de América Latina y el Caribe* (2019), a construção de territórios e comunidades resilientes leva a mudanças culturais, empoderamento de líderes, mulheres e minorias residentes nos territórios, estimulando as relações de convivência, segurança e conservação de ecossistemas.

No sentido de que as Ciências e a cultura podem contribuir em diferentes níveis para gerar maior qualidade e intensidade de resiliência territorial e comunitária, e entendendo que as particularidades territoriais merecem abordar a problemática com uma visão adaptada às realidades e ambientes regionais, para os quais é necessário projetar instrumentos específicos, é que se desenvolveram as pesquisas que resultaram nos artigos que compõem o Dossiê aqui apresentado.

O artigo de abertura do Dossiê, *Dimensões Sociais da Resiliência a Desastres*, dos pesquisadores Victor Marchezini (Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN) e Henrique Almeida Forini (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/SP), apresenta uma importante e aprofundada discussão metodológica e teórica, acerca do conceito de resiliência a desastres sob a perspectiva da Sociologia dos Desastres. A reflexão é feita com base em revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisas de campo realizadas em áreas que sofreram desastres, nos municípios de Ilhota/SC, em 2008, e São Luiz do Paraitinga/SP, em 2010.

A seguir, temos dois artigos que versam sobre o desastre socioambiental causado pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco, que atinge o Rio Doce, com impactos em Minas Gerais e Espírito Santo. O primeiro, *Reflexões sobre resiliência econômica regional: o cenário pós-desastre Mariana/MG*, escrito por Fernanda Faria Silva (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP), Jordana Ferreira da Silva (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e Igor Santos Tupy (Universidade Federal de Viçosa – UFV), utiliza-se da literatura sobre Resiliência Econômica Regional para analisar a capacidade de resiliência econômica de Mariana e dos 34 municípios mineiros impactados pelo evento. As autoras e o autor se utilizam do indicador de resistência econômica proposto por Martin *et al.* (2016) e do método *shift-share* para identificar os principais fatores responsáveis pela redução do emprego nas localidades estudadas. As análises apresentadas no artigo trazem importantes contribuições para a definição de políticas de apoio ao desenvolvimento dos territórios, especialmente por meio da diversificação produtiva.

O segundo artigo sobre o desastre no Rio Doce, e terceiro na ordem do Dossiê, *Políticas públicas e mobilização social no contexto do desastre no rio Doce*, escrito pelas pesquisadoras Luciana Andressa Martins Souza e Euzeneia Carlos, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), analisa as mudanças na ação coletiva da sociedade civil e nos seus padrões de relação com o Estado, emergentes no contexto pós-desastre socioambiental na região de estudo. O artigo apresenta uma discussão sobre as ações do Estado e a participação da sociedade civil, considerando os instrumentos de políticas públicas e o surgimento de diferentes formatos de mobilização. Em termos empíricos, a pesquisa analisa as decisões dos atores estatais em diferentes arenas e níveis federativos e os fóruns de

mobilização social e audiências públicas nos municípios de Linhares, Colatina e Baixo Guandú, no Espírito Santo.

Na sequência, temos três artigos que apresentam análises sobre desastres socioambientais em áreas urbanas no estado do Paraná, os quais representam os esforços do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU - Pontifícia Universidade Católica – PUC/PR) no sentido de contribuir para com o debate acerca dos eventos extremos e seus impactos nas cidades. O primeiro deles, e quarto artigo na ordem do Dossiê, *As emergências ambientais no PR e as interseções com o sistema estadual de proteção e defesa civil*, dos pesquisadores/pesquisadora Eduardo Gomes Pinheiro, Larissa Maria da Silva Ferentz e Murilo Noli da Fonseca, analisa a estrutura do sistema denominado Proteção e Defesa Civil no estado do Paraná. Discute potencialidades e apresenta alternativas para o aprimoramento do mesmo, no sentido de torná-lo mais efetivo e eficaz.

O quinto artigo do Dossiê, segundo do PPGTU/PUC/PR, *A resiliência como instrumento de análise da gestão municipal de riscos e desastres*, escrito por Carlos Mello Garcias, Larissa Maria da Silva Ferentz, Eduardo Gomes Pinheiro, apresenta a GRD - gestão de riscos de desastres, a qual deve ser aplicada nas suas cinco etapas principais: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. A pesquisa que originou o artigo analisou a gestão municipal de proteção e defesa civil de União da Vitória, o município que apresenta o maior número de ocorrências de inundação do estado do Paraná. A metodologia utilizada se baseia na aplicação de dois indicadores: Scorecard Detalhado de Resiliência a Desastres, da ONU e Indicador de Preparação a Desastres para Cidades (IPDC) da PUCPR e CEPED/PR.

Por fim, o último artigo do PPGTU/PUC/PR e sexto do Dossiê, *Inundações no meio urbano e vulnerabilidade social: estudo de caso em Curitiba/Brasil*, do pesquisador Edilberto Nunes Moura e das pesquisadoras Ariadne Stradiotto Frenzel e Isabela Ignácio de Moura, trata das relações espaciais da vulnerabilidade social e áreas sujeitas à inundações na porção central da Bacia Hidrográfica do Rio Belém, em Curitiba/Brasil. Q pesquisa que originou o artigo identificou regiões de sobreposição da vulnerabilidade social às áreas mais propensas às inundações, obtidas a partir da criação de cenários desse tipo de evento simulados em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas), no panorama de vulnerabilidade social identificado pelo Atlas de Vulnerabilidade Social dos Municípios Brasileiros (IPEA, 2015).

Seguimos com o sétimo artigo do Dossiê temos um tema que pode ser controverso em termos de compreensão enquanto “desastre”, que se trata da fome. Porém, se compreendermos a fome enquanto narrativa que justifica a falta de políticas públicas para a superação da seca no semiárido, sem dúvidas trata-se de um desastre, mas um desastre resultante da omissão do Estado. O artigo intitulado *A fome na narrativa do semiárido das secas e o direito ao desenvolvimento*, de autoria dos pesquisadores Ângelo Magalhães Silva (Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA) e Janeson Vidal de Oliveira (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN), apresenta uma análise acerca do fenômeno da fome como traço socioeconômico na formação e imaginário do território do semiárido, atendendo contra os direitos humanos e fundamentais. A construção analítica se dá a partir da literatura didática, ficcional, e de informações obtidas junto à Organização das Nações Unidas no tocante à alimentação e agricultura.

Fechamos o Dossiê com o oitavo artigo, uma contribuição das pesquisadoras e do pesquisador europeus: Marta Marçal Gonçalves (Universidade do Algarve, Portugal), María Teresa Pérez Cano (Universidad de Sevilla, Espanha) e Stefan Rosendahl (Instituto Superior Dom Dinis, Portugal). O artigo se intitula *Resiliência de comunidades rurais: a freguesia de Cernache do Bonjardim/Portugal*, e discute, a partir de análises teóricas e entrevistas realizadas, a capacidade de resiliência de uma comunidade rural frente ao risco da desertificação.

A série de discussões teóricas e análises empíricas apresentadas pelas pesquisas que compõem o Dossiê se traduzem em excelente compêndio de contribuições para a construção e solidificação do cenário de pesquisas acerca da resiliência territorial e da reconstrução dos territórios pós-desastres, temas tão urgentes e caros para o planejamento de projetos de desenvolvimento regional assentados nos princípios da sustentabilidade e da justiça socioambiental.

Temas Gerais

Nos temas gerais desta edição da Revista REDES temos três artigos sobre temáticas relevantes ao cenário de pesquisa em Desenvolvimento Regional, um deles discutindo os conflitos resultantes da disputa territorial entre indígenas e imigrantes alemães no Rio Grande do Sul; outro tratando das transformações locais/regionais resultantes da implementação de uma universidade federal na Bahia; e, por fim, uma análise comparativa de clusters empresariais na área de Tecnologia da Informação (TI) em São Paulo (SP), Campinas (SP) e Recife (PE).

O artigo *Movimentações envolvendo Indígenas Kaingang e imigrantes alemães em territórios da Bacia Hidrográfica do Caí*, dos autores/autora do Centro Universitário do Vale do Taquari (UNIVATES/RS), Luís Fernando da Silva Laroque, Neli Teresinha Galarce Machado e Moisés Ilair Blum Vedoy, analisa o avanço da frente de expansão do Estado Nacional Brasileiro e as movimentações envolvendo indígenas Kaingang e imigrantes alemães em territórios da Bacia Hidrográfica do Caí, tendo como premissa que o território é o fator determinante na relação entre autóctones e imigrantes, tanto no âmbito dos conflitos como das movimentações.

A seguir, temos o artigo *Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira/Ba após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*, de autoria do pesquisador Jorge Antonio Santos Silva (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB) e Ozana Rebouças Silva (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB). O tema de discussão está assentado na análise da importância da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -UFRB no processo de desenvolvimento do município de Cachoeira. A pesquisa foi motivada pelo fato de que a UFRB é fruto de política pública nacional para a expansão do ensino superior no Brasil, sendo que, ao se concretizar nos espaços, promoveu transformações, adaptações e requalificações, com resultados às vezes diversos dos planejados pelos formuladores da política, principalmente quando se trata de pequenas e médias cidades.

Finalizamos a edição com o artigo *Análise Comparativa dos Clusters de Empresas de Tecnologia da Informação de São Paulo, Campinas e Recife*, do

pesquisador Veneziano Araujo e da pesquisadora Ana Laura Costa Lopes, ambos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). O artigo apresenta os resultados de pesquisa que buscou avaliar comparativamente os clusters de empresas do setor de Tecnologia da Informação (TI) localizados nas regiões de São Paulo (SP), Campinas (SP) e Recife (PE). A análise comparativa se deu a partir da revisão de estudos prévios e de dados sobre empresas e universidades locais e está centrada nos elementos constitutivos do cluster (empresas, universidade e governo) e nos seus benefícios (fornecedores especializados, trabalhadores qualificados e fluxos de conhecimento).

Desejamos, a todas e todos, uma boa leitura.

Markus Erwin Brose, Ana Flávia Marques, Patricia Salgado-Mercado, Francisca Ariadna Ortiz Reyes e Rosi Cristina Espíndola da Silveira - Editores do Dossiê Resiliência pós-desastres: recuperando o desenvolvimento regional.

Rogério Leandro Lima da Silveira e Cidonea Machado Deponti - Editores da Revista REDES.

Maio de 2019.